

Aline de Jesus Moraes

Docente de Educação Básica, Técnica e Tecnológica Federal
Graduada em História e licencianda em Pedagogia
Pós-graduada em História Social e Contemporânea
Pós-graduada em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ

RESUMO

Este texto tem como objetivo refletir sobre o uso de metodologias de pesquisa sociológica. Trata-se de um estudo teórico em que buscou-se compreender o conceito de estudo de caso para as Ciências Sociais e analisar possibilidades de seu uso de modo interdisciplinar com a História Social. Os campos de pesquisa possuem aspectos similares nas formas de abordagens de objetos de pesquisa, como a busca por articulações entre níveis de análise em escala macro e micro, o que contribui para a elaboração de estudos em que estejam presentes instrumentos de pesquisa de ambas as disciplinas científicas.

Palavras-chave: ciências sociais; metodologias de pesquisa; estudo de caso; estudo em escala.

INTRODUÇÃO

Muito comumente os estudos em Ciências Sociais são tratados a partir de abordagens que considerem dicotomias em suas análises: indivíduo e sociedade, passado e presente, indução e dedução, micro e macro, por exemplo. Nesse sentido, pretendemos partir dessa perspectiva para tratar de formas e possibilidades de pesquisa, em seus aspectos metodológicos, nas Ciências Sociais. Não se pretende apresentar uma teoria diagnóstica sobre um aspecto específico da sociedade brasileira na contemporaneidade. Intenciona-se tratar de uma possibilidade de investigação com base na compreensão do conceito de estudo de caso para a elaboração das explicações que fazem parte do papel do pesquisador ou pesquisadora em Ciências Sociais.

É parte importante do trabalho de pesquisa realizar o levantamento das principais teorias e interpretações desenvolvidas por autores considerados autoridades sobre uma determinada temática dos estudos sociológicos. Com base nessas leituras é possível inferir uma certa caracterização das disciplinas científicas que compõe as Ciências Sociais até do papel ou função exercida por aquele ou aquela que pretende caminhar

nessa trilha, enfim, lições importantes para o pesquisador ou pesquisadora iniciante. Assim como nos indica Peter Berger (1980), em “Perspectivas sociológicas”, é necessário que se obtenha um conjunto de instrumentos para delimitar, por meio da perspectiva sociológica, “o homem na sociedade” e “a sociedade no homem”. De tal modo que a imaginação sociológica, conforme Charles Mills (1975), nos propicie a percepção do “jogo que se processa entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo”.

Esse texto tem como proposta de apresentar reflexões sobre como a investigação sociológica busca articular a elaboração de objetos teóricos amplos e o estudo de fenômenos locais visando a produção de explicações da realidade em sua complexidade. Assim, partimos da noção de que é na esfera local que a realidade se mostra é nessa esfera podemos apreendê-la de modo objetivo, no entanto, podemos encontrar em muitas situações explicações em escala ampliada, nas teorias de amplo alcance e na esfera macro.

A linguagem e o conhecimento

Dentre os produtos da atividade humana está a objetivação de seus pensamentos através da expressividade. A realidade pode ser percebida sob diferentes formas de objetivação, desde a escolha de um determinado objeto de interesse para uma pesquisa, com a materialização de situações e ações como no trabalho de campo, por exemplo, as quais atribuímos sentido e significado.

Na vida cotidiana, a realidade social com a qual nos deparamos, é percebida por meio de objetivações (elementos físicos e materialização de ações, por exemplo) e da linguagem. Um exemplo importante desse processo de objetivação da realidade é a significação, isto é, a produção de sinais ou a sua interpretação, cuja intenção explícita é servir de índice de significados subjetivos. Uma linguagem é um sistema de sinais capazes de expressar e comunicar significados. Entendida em sentido amplo, a linguagem é o meio pelo qual os humanos expressam ideias. Uma linguagem específica, como por exemplo, os sistemas de sentidos e significados referentes a uma disciplina científica, ela é o produto e capacidade criativa direcionada a uma finalidade específica.

Nesse sentido, por meio da linguagem nos tornamos capazes de transcender a realidade imediata e elaborar significados para situações e questões-problema de interesse sociológico. Conforme Peter Berger, em “A construção social da realidade”, a linguagem “constrói campos semânticos ou zonas de significação linguisticamente circunscritas” (BERGER, 2014, Pág. 59). Desse modo, ao tornar-se um pesquisador ou pesquisadora recorre-se aos sistemas de significações estabelecidos para uma disciplina científica, por exemplo, enquanto linguagem específica, para constituir um acervo social de conhecimentos.

Nessa mesma sintonia, conforme Jonathan Turner, em “Teorização Analítica”, parte significativa da produção teórica em sociologia “envolve a

construção de sistemas abstratos de categorias que, presumivelmente, denotem propriedades-chave do universo e relações cruciais entre essas propriedades” (TURNER, 2005, pág. 238). Desse modo, recorre-se aos sistemas abstratos específicos para buscar instrumentos que articulem dados objetivos da realidade e tornem possível a elaboração de explicações coerentes. Ainda segundo Berger, “a participação no acervo do conhecimento permite assim a “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo” deles de maneira apropriada” (BERGER, 2014, pág.61).

Articulações possíveis entre as escalas

No processo de desenvolvimento das teorias sociológicas, a partir das diferentes tradições sociológicas do conhecimento, desde as grandes narrativas de processos estruturantes aos estudos de processos localmente circunscritos e fenômenos singulares, há uma gama de possibilidades de investigação. Nos anos 1980, uma corrente sociológica defendia a integração micro-macro ou agência-estrutura. Anthony Giddens (2005), por exemplo, afirmava que “ação e estrutura [...] formam uma dualidade”, do que decorreria “uma relação de implicação lógica” entre elas. Nesse mesmo sentido, Charles Mills (1975), é necessário que a noção de estrutura social em sua complexidade seja pensada a partir da percepção das relações existentes entre contextos de pequena escala nos quais se está inserido. Isto é, pensar sociologicamente requer um tipo de análise que considere as transformações nas experiências objetivas de contextos específicos em sua articulação/relação com as modificações sociais estruturais.

Um dos problemas apontados em estudos que pretendem articular as relações micro macro estaria no fato de que no desenvolver da pesquisa pode-se privilegiar um ou outro aspecto (micro ou macro) como predominante. Assim, conforme a ênfase em cada escala se poderia chegar a conclusões que de modo simplista estabeleceriam as relações entre aspectos estruturais e ou macrossociais e aqueles aspectos factuais locais e microssociais. E, nesse sentido, de modo sintético, para as diferentes esferas de análise, micro e macro, haveria duas principais formas de compreensão dos processos sociológicos. O primeiro afirmaria que os macrofenômenos são compostos de agregações de micro episódios, o último alegaria que os sistemas mais globais emergem de micro eventos.

No processo de desenvolvimento de análises que busquem articular conhecimentos em escala, considera-se a seleção de determinada situação ou comunidade como objeto de estudo, que mesmo circunscrita a uma localidade pode propiciar ao pesquisador ou pesquisadora, por meio das fontes coletadas, a extensão das análises no tempo e no espaço, a investigação das articulações entre os micro processos e as macro forças, assim como a maneira como esses aspectos se influenciam mutuamente.

A investigação local, por exemplo, pode proporcionar a elaboração de enunciados que se originam em outra parte, possibilitando um refinamento de nossa compreensão de diferentes locais - variando de macro a micro – na

compreensão de fenômenos sociais. E tudo isso pode ser entendido com maior precisão quanto mais localmente elas forem acessadas. Uma vez que “não há fato na vida social, fato econômico, político, cultural, religioso etc., que se explique em si”, conforme Ianni, reduz-se o risco de considerar o local como se estivesse limitado ao seu próprio microcosmo. O local é, assim, portador de determinações mais amplas que seriam tão melhor percebidas quanto mais estreita fosse a conexão estabelecida entre ele e as estruturas de maior escala que agem sobre ele.

Nesse ponto, pretende-se destacar que não é possível perceber o mundo social sem a teoria, os cientistas sociais são parte do mundo que estudam, e o que os distingue das pessoas que eles estudam é a teoria que utilizam para transcender a realidade imediata, o que lhes permite “ver” o mundo de uma maneira diferente e mais aprofundada. Uma teoria científica nos permite compreender parcialmente o mundo, mas isso não significa que represente uma verdade absoluta sendo necessária a rigorosa observação de métodos adequados a ela.

A perspectiva da História Social: micro-história

Nessa seção não se pretende apresentar um histórico do surgimento da História Social ou uma análise detalhada de suas principais vertentes bem como de seus importantes representantes. O objetivo é explicitar aspectos considerados confluentes entre as possibilidades de pesquisa em História Social e o enfoque pretendido nesse texto para tratar da investigação voltada para a apresentação de reflexões sobre a contemporaneidade.

Desde o surgimento da chamada História Social, autores como Marc Bloch e Lucien Febvre fundadores da chamada Escola dos Annales, buscavam apresentar respostas a historiografia factualista, baseada nos grandes acontecimentos. Essa História Social é marcada pela interdisciplinaridade, que serviria para propor novos problemas e métodos e abordagens para a pesquisa histórica. Essa historiografia passaria a ser entendida na perspectiva de síntese, na reafirmação do sentido de que todos os níveis de abordagem estariam inscritos no social. O que se propunha era “uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais Ciências Humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico” (CASTRO, 1997, pág. 45).

Como renovação na produção historiográfica, esse movimento desenvolvia-se a partir da noção que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos, e quanto ao aspecto temporal, uma das mais importantes críticas ao período anterior seria o privilégio dado às tendências de longo prazo sobre os eventos. Um dos representantes desse movimento historiográfico, Fernand Braudel, teorizou sobre a pluralidade dos tempos históricos em “A longa duração” (BRAUDEL, 1962). Para esse historiador haveria que se considerar diferentes regimes de tempo nas análises da produção historiográfica: o tempo de longa duração, em que ocorrem os

grandes processos históricos, das transformações estruturais em uma sociedade; o tempo ou a história de média duração, em que se inscrevem os processos cíclicos na economia e na sociedade, é o tempo da conjuntura, caracterizado por fases lentas e/ou fases em que ocorrem transformações mais rápidas; e o tempo de curta duração, da história episódica, do acontecimento. A categoria duração seria o ponto mais interessante da teoria de Braudel, segundo o qual, o tempo não escoou de maneira uniforme ao longo da história: ele alterna seus ritmos.

A História Social buscando se apresentar em seu sentido restrito enveredaria a formular os problemas historiográficos específicos, suas abordagens próprias, suas análises sobre as relações entre os indivíduos e os diversos grupos sociais. As discussões em torno da operacionalidade dos conceitos de classe social (em uma abordagem marxista) e de estamentos sociais (em uma abordagem weberiana), são exemplos disso.

A redução da escala de análise é muito comum nas pesquisas históricas recentes. A denominação micro-história se consolidou na pesquisa e na produção historiográfica a partir da década de 1970. A redução da escala de análise, nesse sentido seria um “ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização” (CASTRO, 1997, pág. 53). Desse modo, suas análises tenderiam a abarcar as vivências históricas, de grupos ou indivíduos, passíveis de serem parcialmente reconstituídas, por meio da observação das fontes, para rever e formular novos problemas à explicação historiográfica. Essa produção estaria direcionada a tratar de elaborar sua investigação e seu diagnóstico partindo do nível micro, da experiência individual e social, do acontecimento em relação a conjuntura. No entanto, consideraria ainda elementos referentes à estrutura, aos amplos processos sócio-históricos a elas relacionados.

De acordo com o raciocínio de buscar as possíveis relações entre a teoria social e a análise histórica encontra-se o argumento de que o uso do “microscópio social” (BURKE, 2012) pode ter como justificativa a escolha de um exemplo individual a ser estudado em profundidade pelo fato de representar em menor escala uma situação que se sabe ser predominante, nesse sentido, o caso típico. Do mesmo modo, é possível argumentar que se torna perceptível sob diferentes ângulos, diferentes tipos de explicação ou teorização referente a um mesmo processo social, as mudanças de escala, a grande escala e pequena escala, contribuem para esclarecer esses processos. Alternativamente, a micro-história pode se concentrar em um indivíduo, em um evento em uma comunidade como ponto privilegiado para focar em incoerências de grandes sistemas sociais e culturais. Nesse sentido, a pesquisa com base em elementos de pequena escala serviria para a elaboração de diagnósticos de processos sociais e históricos em escala ampliada.

Para historiadores como Giovanni Levi, a micro-história é uma prática de produção historiográfica que visa à redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental. Ao afirmar que a micro-história intenciona manter e aprofundar

o conhecimento dos elementos individuais não silenciando-o frente a uma generalização mais ampla, mas de outro modo e de fato tende a acentuar as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo isso ocorre, “tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral” (LEVI, 2012, pág. 158). Esse determinado aspecto da metodologia em destaque, nesse contexto, poderia ser ilustrado se considerarmos a maneira como se usa o microscópio trazendo a luz elementos existentes que anteriormente não estariam visíveis. Como característica das análises microsociais dos estudos históricos, isto é, da micro história estaria a tentativa de compreensão dos modos de funcionamento social ou “ a sociedade na sua base e, através desses dados, generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis, em outros contextos” (LEVI, 2012, pág. 158). Desse modo, o método da micro-história consistiria principalmente na redução da escala de análise da investigação para em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido, podendo novamente ser incrementada com as novidades provenientes da microanálise.

A perspectiva sociológica: o estudo de caso

Desde a segunda metade do século XX, o enfoque de algumas grandes categorias teóricas tem sido entendido como parte de uma produção sociológica marcada por seu tempo. Sociedade, comunidade, capitalismo, divisão social do trabalho, consciência coletiva, classe social, consciência de classe, nação etc., a partir de então, deram espaço a categorias sociológicas tais como ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, vida cotidiana e escolha racional (IANNI, 2011). Essa renovação da produção científica está relacionada ao movimento em que ganham espaço as análises e investigações que se aproximam da noção que temos apresentado nesse texto. Desse modo, os estudos que tratam de teorizar sobre realidades imediatas, situações sociais circunscritas, atores e ação social relacionadas a um determinado espaço, por exemplo, fazem parte dessa lógica. E para tanto, é necessário que se recorra a ferramentas metodológicas adequadas.

O estudo de caso é uma caracterização bastante abrangente para designar pesquisas em que há coleta, registros e análises de dados de um caso particular ou de vários casos com a finalidade de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando fundamentar a tomada decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. O seu objetivo é apresentar a diversidade de aspectos referentes ao problema em questão, ressaltar a sua relevância, contextualizá-lo. Quando se seleciona um conjunto de casos, o arranjo produzido deve cobrir uma escala de variáveis que explicita aspectos do problema estudado.

Nesse processo, o caso é entendido como unidade significativa do todo e, desse modo, considerado suficiente para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como uma

exemplificação de uma determinada realidade, de um determinado processo sócio-histórico, um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e revela a multiplicidade de aspectos globais, relacionados ou que fazem parte de uma determinada situação.

A seleção e a delimitação do caso a ser estudado deve conter uma explicitação dos aspectos e limites do trabalho de pesquisa. Seu objetivo é reunir informações pertinentes ao problema estudado, sobre o campo específico e possibilitar análises sobre objetos definidos para compreensão de uma determinada situação. Há estudos em que são elaboradas considerações e análises para exemplificar características sociais, culturais e históricas a partir de uma história de vida. O estudo de caso pode se referir a um indivíduo, destacado como caso típico ou representante de contradições no interior de uma configuração social, por exemplo. Pode também se referir a um grupo social específico relacionando-o a uma determinada situação ou frente a outro grupo com as diversas problemáticas envolvidas. Alguns se referem a uma comunidade quando relacionada a uma determinada questão/problema.

Encontra-se aí a possibilidade de tentar produzir análises a partir do que Durkheim (2007) chamou de experimentação indireta ou método comparativo. Esse aspecto metodológico tem sido identificado como caracterizador de uma certa cientificidade para os estudos em campos das ciências humanas, especialmente, para as ciências sociais. Nesse sentido, é entendido como possibilidade de definição de causalidade para fenômenos sociais por meio da comparação de casos em que um determinado fenômeno e sua possível causa estejam presentes e ausentes, simultaneamente; ou ainda, analisar relações de dependência entre si por meio da análise das variações encontradas em diferentes combinações de circunstâncias.

O estudo de caso assim, pode resultar na definição de tipologia de fenômeno ou fato social. A tipificação tem como elemento fundamental a caracterização e especificação. O estudo de caso pode resultar na afirmação de caso típico, e o método comparativo tende a contribuir para tanto. Do mesmo modo, porém em perspectiva diversa, a não identificação dos caracteres mais presentes em um determinado caso, poderia ser para a definição do caso desviante. Essa seria uma etapa mais avançada de um estudo de maior amplitude.

Nesse tipo de pesquisa é possível reunir dados a partir de uma série de fontes: documentos escritos, fotografias, vídeos, mapas, entrevistas. Sob esse aspecto o recurso às fontes ocorrerá de acordo com o tipo de informações necessárias no processo de coleta de dados e com os objetivos da pesquisa. A coleta de dados, no trabalho de campo, pode exigir negociações prévias, para acessar informações que dependem de anuência de hierarquias e instituições específicas ou da cooperação de entrevistados e informantes. O estudo de caso pode se referir uma situação, a uma comunidade, a um conjunto de indivíduos em uma determinada situação, devendo ser delimitado de acordo com uma lógica interna condizente com as

hipóteses e objetivos do estudo.

É nesse ponto que se pode encontrar uma aproximação possível entre as análises baseadas em diferentes escalas ao tratarmos desse tipo de pesquisa, o estudo de caso. Considera-se importante lembrar que expressões locais não estão desconectadas do todo; elas são moldadas por esse todo assim como ajudam a moldá-lo. Ao afirmar que só é possível capturar a lógica do mundo social estudando a particularidade de uma realidade empírica, como uma ilustração de um caso específico, de uma configuração social determinada, Bourdieu enfatizaria: “[...] uma análise do espaço social [...] é a da história comparada, que se interessa pelo presente, ou a da antropologia comparativa, que se interessa por uma determinada região cultural, e cujo objetivo é apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada” (BOURDIEU, 2011, pág. 15).

Assim como em diferentes disciplinas científicas, o método sociológico possui limites (PROST, 2008). É específico na medida em que se trata de modos objetivos de investigação de fenômenos sociais que, diferentemente dos fenômenos estudados pelas ciências da natureza podem ser produzidos e controlados artificialmente. Para diferentes problemas de pesquisa social há diferentes modos de abordagem científica. Apesar disso, o enunciado científico de um estudo sociológico pode ser refutado. No exercício proposto nesse estudo, em que se buscou pensar de modo interdisciplinar a pesquisa de caso para análise sócio-histórica baseada em aspectos macro e micro, não é possível extrair de qualquer contexto histórico (seja de um tempo passado seja do tempo presente) todas as realidades que lhe dizem respeito. E retomando a noção de tipologia e comparação, pode-se dizer que por meio da metodologia apresentada nesse estudo, a partir dos casos estudados constituem-se os tipos para compará-los e, entre eles, estabelece-se relações de presença concomitante ou de incompatibilidade, avalia-se discrepâncias ou correlações. Entretanto, o alcance desses estudos limita-se aos tipos e casos considerados, não seria o seu valor universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo intencionou-se abordar aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em sociologia que tratassem de abarcar articulações entre dados e informações em diferentes escalas para a elaboração de noções que proporcionem a apreensão de aspectos de uma determinada situação social. Enquanto produto de investigação, uma análise teórica deve estar fundada em elementos empíricos muitas vezes obtidos por meio de estudos e fontes localmente situadas. Desse modo, o objetivo não era tratar de apresentar um manual sobre as possibilidades de investigação sociológica e metodologias historicamente consolidadas. A intenção é tratar de selecionar argumentos que embasassem uma determinada metodologia de pesquisa, argumentos que servissem como recurso para a escolha da abordagem proposta, isto é, aquela abordagem em que se busque articular conhecimentos referentes a facetas da realidade social em diferentes escalas.

Concluiu-se assim, que os estudos de caso, por exemplo, representam um recorte do espaço e do tempo, de uma situação ou uma comunidade específica, permitem coletar dados que sirvam como aporte para análises parciais de um todo, para a observação e identificação de circunstâncias e aspectos que se manifestam na parte, mas que ainda assim, são constituídos por elementos de estruturas sociais mais amplas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A linguagem e o conhecimento na vida cotidiana. IN: A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Pág. 11-33.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. O problema da sociologia do conhecimento. IN: A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Pág. 11-33.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas – uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1980. caps. 1 e 2.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2011.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. Trad. Ana Maria Camargo. Revista de História, vol. 30, n. 62, abril-junho de 1965, pp. 261-194.

BURKE, Peter. Modelos e métodos. O microscópio social. IN: História e teoria social. 2ª Ed. São Paulo: Unesp, 2012. Pág. 43-74.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Pág. 45-59.

CHIZZOTTI, Antonio. Estudo de caso. IN: Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. Pág. 102-104.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, pag. 158-165.

MILLS, Charles Wright. A promessa. In: A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zaahar, 1975. pág. 9-32.

PROST, Antoine. O modelo sociológico. IN: Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Pág. 169-188

PROST, Antoine. Os tempos da História. IN: Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Pág. 95-114

TURNER, Jhonatan. Teorização analítica. IN: GUIDENS, Anthony; TURNER, Jhonatan. (Orgs). Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora Unesp, 2005.